



Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia
Procuradoria-Geral de Contas

NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA N° 33/2011/PGMPC

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, por meio da Procuradoria-Geral de Contas, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as constantes no art. 129 da Constituição Federal e no art. 83 da Lei Complementar Estadual n. 154/96;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127, da Constituição Federal, que dispõe que "*O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais*";

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO o disposto no art. 80 da Lei Complementar Estadual n. 154/96 que estabelece competir ao Ministério Público de Contas, em sua missão, a guarda da lei e fiscalização da fazenda Pública e de sua execução, promovendo a defesa da ordem jurídica;

CONSIDERANDO que a exigência constitucional da Licitação, disposta no art. 37, inciso XXI, da Magna Carta, é norteada pelos princípios da competição, da igualdade de condições entre os licitantes, da busca da maior vantagem para



Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia
Procuradoria-Geral de Contas

a Administração Pública, entre outros;

CONSIDERANDO que todos os atos da Administração Pública devem também se pautar pelo princípio da publicidade, insito no artigo 37, *caput*, da CF/88 e inserto também dentre aqueles elencados no art. 3º da Lei 8666/93, que impõe transparência na atuação do Gestor, e que o preço estimado e/ou o valor de referência do bem ou do serviço é um dos pontos basilares, que desperta nos fornecedores o interesse na apresentação de suas propostas;

CONSIDERANDO que o valor estimado da contratação, bem ou serviço serve de parâmetro para definição da modalidade licitatória empregada pela Administração, nos termos do artigo 23 da Lei Federal nº 8666/93;

CONSIDERANDO que a alienação de bens da Administração Pública será sempre precedida de avaliação prévia, consoante dispõe o artigo 17 da Lei Federal nº 8666/93;

CONSIDERANDO que o artigo 21 da Lei 8666/93 dispõe sobre a publicação dos avisos, e expressamente consigna o que devem conter os **resumos dos editais** de licitações, e que um dos requisitos imprescindíveis no resumo é a indicação do valor estimado ou preço de referência ou avaliação do bem, material ou serviço, sob pena de comprometimento do caráter competitivo do certame;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré - RO está realizando a Concorrência Pública nº. 002/CPL/PMNM/2011 tipo "maior oferta" e no Regime Global para "Alienação de Imóvel Urbano, composto por 03 (três) quadras de propriedade do Município", consoante Aviso publicado à fl. 64 do DOE nº 1800, de 22 de agosto de 2011, e que não há consignação do valor estimado do bem a ser alienado;

**RESOLVE expedir a presente notificação
recomendatória:**

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ - RO, na pessoa do Prefeito **JOSÉ BRASILEIRO UCHÔA**, quando da aquisição,



Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia
Procuradoria-Geral de Contas

alienação e/ou contratação de bens ou serviços, atentar para o cumprimento da seguinte condicionante:

a) **especificação, nos avisos de licitação, dos valores estimados e/ou de referência das compras, alienações e/ou contratações**, obtidos mediante comprovada avaliação e/ou pesquisa de mercado previamente realizada.

ADVERTE-SE, outrossim, que a não observância poderá ocasionar em responsabilidade aos administradores, gestores e/ou responsáveis, na forma prevista na *Lei Complementar n. 154/96* e no *Regimento Interno do TCE/RO (Resolução Administrativa 005/TCER-96)* e demais cominações legais aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 14 de setembro de 2011.

ERIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Contas